Comportamento da Receita Pública: uma análise dos recursos a disposição das mesorregiões formadas pelos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2009

Luciano Antonio da Costa (UFGD) - luccianocosta@hotmail.com

Cristiane Mallmann Huppés (UFGD) - cristiane_huppés@hotmail.com

Glenda de Almeida Soprane (UFGD) - glensopra@yahoo.com.br

Esmael Almeida Machado (UFGD) - el_machado_ms@terra.com.br

Resumo:

Esta pesquisa é guiada pelo objetivo de analisar o comportamento das receitas disponibilizadas aos municípios que fazem parte das mesorregiões do Estado de Mato Grosso do Sul quanto à origem, à renda per capita, à aplicação em despesa com pessoal e em investimento, bem como à capacidade de pagamento, tendo com base dados obtidos na página eletrônica da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no aplicativo Finanças do Brasil (FINBRA), no ano de 2009. Metodologicamente, a pesquisa foi classificada quanto aos objetivos, descritiva; quanto aos procedimentos, em documental; e quanto à abordagem do problema, qualitativa e quantitativa, por meio de estatística descritiva. Observou-se que há uma parcela de municípios cujas receitas foram inferiores às despesas; já as mesorregiões, na faixa populacional acima de 20.000 habitantes, demonstraram maior capacidade de geração de receitas, enquanto que as faixas populacionais menores tiveram os maiores valores relativos às transferências governamentais. Na destinação de recursos, todos os municípios obedeceram ao limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. No que tange aos investimentos, os recursos despendidos são de pouca expressão em relação à receita total, e, por fim, todas as mesorregiões apresentam capacidade de saldar suas dívidas.

Palavras-chave: *Análise de Desempenho. Finanças Públicas. Gestão Pública.*

Área temática: *Custos aplicados ao setor público*

Comportamento da Receita Pública: uma análise dos recursos a disposição das mesorregiões formadas pelos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2009

Resumo

Esta pesquisa é guiada pelo objetivo de analisar o comportamento das receitas disponibilizadas aos municípios que fazem parte das mesorregiões do Estado de Mato Grosso do Sul quanto à origem, à renda *per capita*, à aplicação em despesa com pessoal e em investimento, bem como à capacidade de pagamento, tendo com base dados obtidos na página eletrônica da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no aplicativo Finanças do Brasil (FINBRA), no ano de 2009. Metodologicamente, a pesquisa foi classificada quanto aos objetivos, descritiva; quanto aos procedimentos, em documental; e quanto à abordagem do problema, qualitativa e quantitativa, por meio de estatística descritiva. Observou-se que há uma parcela de municípios cujas receitas foram inferiores às despesas; já as mesorregiões, na faixa populacional acima de 20.000 habitantes, demonstraram maior capacidade de geração de receitas, enquanto que as faixas populacionais menores tiveram os maiores valores relativos às transferências governamentais. Na destinação de recursos, todos os municípios obedeceram ao limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. No que tange aos investimentos, os recursos despendidos são de pouca expressão em relação à receita total, e, por fim, todas as mesorregiões apresentam capacidade de saldar suas dívidas.

Palavras-chave: Análise de Desempenho. Finanças Públicas. Gestão Pública.

Área Temática: Custos Aplicados ao Setor Público

1 Introdução

Face ao crescimento econômico e ao crescente nível de conscientização da sociedade, que passa a exigir ações públicas mais eficientes nos diversos campos sociais, houve uma revisão do papel tradicional do Estado, que tem por natureza o atendimento das necessidades públicas. Ações de mudanças têm acontecido, no sentido de otimizar e dar transparência ao emprego dos recursos públicos (PISCITELLI *et al*, 1995). Aliada a tais mudanças, a transformação de paradigmas por que passa a Contabilidade, particularmente a Contabilidade Pública, deixa de ter um foco voltado à execução orçamentária e passa a se preocupar com aspectos patrimonialistas, de emprego consciente e transparente do dinheiro público e de harmonização das práticas contábeis em nível nacional e internacional (SILVA, 2009).

A escassez de recursos para atender às necessidades coletivas faz crescer a importância do Sistema de Planejamento Integrado, também conhecido como Processo de Planejamento Orçamentário, na perspectiva de “busca através de escolhas de alternativas prioritárias, o melhor emprego dos meios para minimizar os problemas econômicos e sociais existentes” (KOHAMA, 2008, p. 35). O cenário atual da administração pública revela a importância da aplicabilidade de instrumentos contábeis, dentre os quais se destaca a Contabilidade Gerencial, no sentido de mensurar a eficiência, a eficácia, a produtividade e a efetividade dos órgãos que compõem as entidades públicas (XAVIER, 2007).

Segundo Gerigk (2007, p. 4), a “administração de uma organização é feita mediante a efetiva gestão de seus recursos financeiros, estruturais e de recursos humanos, de acordo com os objetivos e finalidades da entidade.” Sendo o Estado provedor das necessidades públicas, as ações governamentais devem ser planejadas de forma econômica e que priorizem a

otimização dos recursos disponíveis. Desta forma, o Estado “propiciará maiores condições de suprir as necessidades de sua população pela realização de um maior número de ações e/ou programas com menor volume de recursos” (GERIGK, 2007, p. 7).

Neste contexto, esta pesquisa questiona: Qual o comportamento da receita à disposição das mesorregiões formadas pelos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul? O desenvolvimento da pesquisa é guiado pelo objetivo de analisar o comportamento das receitas disponibilizadas às mesorregiões do Estado de Mato Grosso do Sul quanto à origem, renda per capita, aplicação em despesa com pessoal e em investimento, e capacidade de pagamento. As informações foram coletadas da base os dados obtidos na página eletrônica da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no aplicativo Finanças do Brasil (FINBRA), no ano de 2009. Para obter o resultado proposto, os seguintes aspectos foram observados: (a) pesquisa teórica de conceitos que norteiam o Estado e a administração pública; (b) investigação de trabalhos que apresentem indicadores de desempenho que viabilizem a análise preterida; (c) cálculo, análise e comparação dos indicadores das receitas disponibilizadas às mesorregiões sul-mato-grossenses no ano de 2009.

O estudo é sustentado pela ideia de que os indivíduos, componentes de uma sociedade, de forma isolada, não conseguem atender às necessidades privadas e coletivas, motivo pelo qual transferem esta responsabilidade de execução ao Estado. Por sua vez, o Estado necessita custear suas ações por “meio da transferência de parcelas dos recursos dos indivíduos e das empresas para o governo, com o que se completa o circuito financeiro entre sociedade e Estado.” (PISCITELLI *et al*, 1995, p. 24). A sociedade, além de beneficiária das ações praticadas pelo Estado, participa efetivamente do custeio dessas ações. Em consequência disso, observa-se crescente busca, por parte da sociedade, de informações acerca das atividades exercidas pelo Estado, fator que faz crescer em importância a gestão e o processo de transparência no setor público.

2 O ESTADO E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) define que a união dos Estados-Membros, Municípios e Distrito Federal constitui-se em um Estado democrático de direito que tem como objetivos fundamentais: a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza, da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais; e a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação (BRASIL, 1988).

O Estado consiste na “ordenação jurídica soberana que tem por fim realizar o bem comum de um povo em determinado território” (PALAIA, 2005, p. 30), de onde se depreende que tal ordenação jurídica (o Estado) se fará presente em todas as esferas de governo (federal, estadual ou municipal). O Estado surge, a partir da conscientização política de um povo, como pessoa criada pelo Direito, organizado em Poderes e estruturado em órgãos responsáveis por determinadas atribuições, com a finalidade básica de atuar como entidade prestadora de serviço e utilidades aos indivíduos que o compõem (KOHAMA, 2008; GASPARINI, 2003).

Slomski (2005) afirma que o Estado, para atender às necessidades coletivas, tem como funções básicas a alocação de recursos, a distribuição de renda e a estabilização da moeda. Quanto à primeira função, é destacado que há os recursos de dimensão social, àqueles que não podem ser satisfeitos pelo mercado, e os recursos de dimensão meritória, que podem ser ofertados pelo setor privado e que, portanto, podem não estar ao alcance de toda a sociedade, sendo que, em tais casos (concretizada a exclusão), o Estado os oferecerá por intermédios do orçamento público. A segunda função refere-se à distribuição de renda, em que o Estado se utiliza dos recursos originários do sistema tributário e das transferências constitucionais para atender às necessidades legais, tais como: segurança, saúde e educação, assim como para desenvolver ações de assistência social. Na terceira função, estabilização da moeda, são

desenvolvidas ações para a manutenção de um alto nível de utilização de recursos e de um valor estável da moeda.

Para desenvolver as atividades relacionadas com a prestação do serviço público à sociedade, a administração pública, “conforme delineado pela organização da execução dos serviços, compreende os órgãos da Administração Direta ou Centralizada e os da Administração Indireta ou Descentralizada.” (KOHAMA, 2008, p. 14). A administração pública direta está ligada ao chefe do Poder Executivo em suas respectivas esferas: Presidência da República, do Governo do Estado ou da Prefeitura Municipal. Quanto a administração pública indireta, é executada por entidades que o próprio Estado cria ou é implementada por Fundações Públicas, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (KOHAMA, 2008; ANDRADE, 2010).

Xavier (2007, p. 28) observa que, independentemente da esfera de governo, o foco está em satisfazer necessidades públicas. É preciso interpretar necessidades e anseios da sociedade para serem atendidos via serviços públicos, assim como “disponibilizar informações que possam ser utilizadas nas decisões que visem maximizar os recursos públicos disponíveis”. Segundo Silva (2004), cabe às finanças públicas o papel de estabelecer o equilíbrio das estruturas institucionais e de suas respectivas ações, haja vista que todas as atividades desenvolvidas pelo Estado estão atreladas à disponibilidade de recursos financeiros, crescendo em importância o estudo da conveniência, da oportunidade e da adequabilidade das ações a serem desenvolvidas.

Face à complexidade das atividades afetas ao Estado, aliada à grande demanda pelos serviços públicos e à escassez dos recursos necessários para satisfazer tais demandas, é imprescindível que a administração pública se valha de um adequado planejamento e de instrumentos para colocá-lo em prática. Nesse cenário, o orçamento público consiste no “instrumento de execução das metas e objetivos da administração pública para determinado exercício, e é por intermédio dele que o planejamento se concretiza” (GERIGK, 2007, p. 6).

2.1 A Receita Pública e a análise por meio de Indicadores de Desempenho

Andrade (2010, p. 2) salienta que as origens dos recursos da administração pública são, em sua maior parte, “derivada de tributos e transferências de outras esferas governamentais, porém os entes públicos também auferem receitas próprias, pela exploração de seu patrimônio”. Os órgãos públicos não têm a finalidade de gerar superávits ou déficits e, sim, de “obter o necessário ponto de equilíbrio financeiro, de modo que todos os gastos gerados no desenvolvimento de suas atividades e projetos contem com fonte de recursos financeiros equivalente.” (MOTA, 2009, p. 67).

Para Kohama (2008, p. 60), receita pública é “todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos” sejam arrecadados em virtude de lei ou contratos, desde que “derivem direitos a favor do Estado”. Na mesma linha de pensamento, Araújo e Arruda (2009) também consideram como receita pública os valores recolhidos aos cofres públicos, quer sejam eles referentes ao direito de arrecadação dado pela legislação à Administração Pública ou àqueles valores em que o Estado figura como depositário, sem deter a propriedade, que pode ser advindos, dentre outras situações, de cauções, depósitos e retenções. Corroborando com este conceito, Andrade (2010) aponta que receita pública corresponde ao conjunto de ingressos financeiros, provenientes de receitas próprias ou de terceiros, que produzirão acréscimos ao patrimônio da entidade pública.

Definida a receita, questões legais quanto ao gerenciamento da Fazenda Pública, devem ser observadas pelo gestor público. Em seu Art. 37, a Constituição Federal de 1988 preconiza que a administração pública, em qualquer dos poderes ou esferas, deve pautar seus trabalhos, dentre outros princípios, na eficiência. Outra norma que estabelece critérios quanto à gestão dos recursos públicos é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê no § 1º de seu

Art. 1º que a gestão fiscal pressupõe ações planejadas e transparentes com o objetivo de prevenir riscos e corrigir ações que possam afetar o equilíbrio das contas públicas. Nessa perspectiva, são estabelecidas metas de resultado entre receitas e despesas, assim como limites às renúncias de receita, despesa com pessoal, seguridade social, dívidas, antecipação de receita, concessão de garantias e Restos a Pagar.

Face ao regime democrático estabelecido nos Estados modernos, em que o povo transfere a seus representantes o poder para representá-lo, verifica-se que a contabilidade desempenha importante papel na gestão da Fazenda Pública, haja vista realizar a escrituração dos fatos patrimoniais e auxiliar nas ações de planejamento, controle e tomada de decisão pelos gestores na condução dos negócios públicos (ARAÚJO; ARRUDA, 2009; SILVA, 2004).

A transparência dos atos públicos pressupõe comunicação dinâmica, de linguagem adequada e acesso à informação (CORBARI, 2004). Reis, Ribeiro e Slomski (2005) destacam que, se tratando do setor público, onde, além de se enfatizar as formalidades e o cumprimento das leis, há uma grande cobrança no sentido de se instituir uma gestão voltada aos resultados, à melhoria dos serviços prestados, visto que é mister ao setor público zelar pelo desempenho e pelo gerenciamento dos recursos públicos.

Gerigk (2008, p. 63), ao tratar das finanças públicas municipais, ressalta que estas se referem “aos meios utilizados pelos municípios na arrecadação das receitas, por meio de sua própria competência tributária; pelas transferências, constitucionais e voluntárias, realizadas pela União e pelos Estados; ou pelos financiamentos obtidos.”

Para que se tenha uma correta atuação de um ente público na busca de resultados, faz-se necessário a análise e a gestão de seu desempenho, que compreende à definição dos resultados almejados e das necessidades para que se alcance tal resultado, bem como de uma sistemática de monitoramento e avaliação, capaz de mensurar os esforços realizados e os resultados alcançados (BRASIL, 2009). Nesse contexto, surgem os indicadores como instrumentos de gestão, capazes de prover o monitoramento e a avaliação das organizações, pela suas funções básicas que consiste em “descrever por meio da geração de informações o estado real dos acontecimentos e o seu comportamento” (BRASIL, 2009, p. 13).

A utilização de indicadores (ou índices) na gestão pública é justificada por Baracho (2000) ao afirmar que constituem importantes instrumentos de medição e controle, uma vez que permitem ao gestor governamental conhecer a situação do ente que dirige e tomar as ações, porventura, necessárias para correções de desvios do planejamento. Ressalta ainda que essa técnica abrange um grande número de usuários por possuir ampla aceitação e possibilitar ainda um processo de aprendizagem constante, aumentando a qualidade na condução dos negócios públicos. Em síntese, a análise de desempenho das finanças públicas, por meio dos indicadores, reveste-se de valioso instrumento a ser utilizado na gestão pública, possibilitando realizar comparações, avaliar as ações executadas e realizar correções.

2 Metodologia

Quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva, pois descreve o comportamento das receitas disponibilizadas às mesorregiões formadas pelos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul quanto à origem, à renda per capita, à aplicação em despesa com pessoal e em investimento, e à capacidade de pagamento. Os dados foram coletados na página eletrônica da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no aplicativo Finanças do Brasil – FINBRA, no ano de 2009, tratados e analisados pela técnica de avaliação de indicadores (RAUPP e BEUREN, 2009; ANDRADE, 2002).

Caracteriza-se a pesquisa, quanto aos procedimentos, como documental. Raupp e Beuren (2009) escrevem que a pesquisa documental consiste em trabalhar com materiais que não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados.

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa reúne características qualitativas e quantitativas, uma vez que, ao estabelecer indicadores referentes à origem da receita, à renda per capita, à aplicação em despesa com pessoal e em investimento, e à capacidade de pagamento dos municípios formadores das mesorregiões sul-mato-grossenses, estará se analisando a qualidade dos recursos à disposição de cada município, como também o emprego e a capacidade de pagamento, a fim de se realizar uma análise quali e quantitativa nesses aspectos (RAUPP; BEUREN, 2009; SILVA, 2010).

3.1 Caracterização do Objeto de Pesquisa

O objeto de pesquisa é intencional, que compreende os 78 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, agrupados em mesorregiões geográficas, segundo classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Ressalta-se que será analisada a população, ou seja, a “totalidade de elementos distintos que possui certa paridade nas características definidas para determinado estudo” (COLAUTO; BEUREN, 2009, p. 118), uma vez que serão analisados todos os municípios do Estado. Porém, quanto ao aspecto temporal, o estudo é restrito ao ano de 2009, fato que se deve à conveniência de se obter as informações necessárias.

Para concretização desta pesquisa foi realizada uma análise de Indicadores de Desempenho em trabalhos publicados, de forma que se tenham subsídios para análise das informações preteridas. No Quadro 1, são apresentados os indicadores do presente estudo:

	Variável	Finalidade
V1	<u>Receita Total</u> Despesa Total	Demonstrar o déficit ou superávit da entidade, evidenciando em quanto a receita arrecadada serve de cobertura à despesa realizada.
V2	<u>Receita Própria</u> Despesa Total	Indicar em quanto a receita gerada pela própria entidade serve de cobertura à despesa realizada.
V3	<u>Receita Própria</u> Receita Total	Indicar a participação das receitas próprias na composição das receitas totais.
V4	<u>Receita Tributária</u> Receita Total	Indicar a participação das receitas oriundas dos tributos arrecadados na composição das receitas totais.
V5	<u>Transferências Totais</u> Receita Total	Demonstrar a dependência de receitas oriundas de transferências, indicando a participação das receitas recebidas por transferências nas receitas totais.
V6	<u>Transferências da União</u> Receita Total	Demonstrar a dependência de receitas oriundas da União, indicando a participação das receitas recebidas de tal ente nas receitas totais.
V7	<u>Transferências do Estado</u> Receita Total	Demonstrar a dependência de receitas oriundas do Estado, indicando a participação das receitas recebidas de tal ente nas receitas totais.
V8	<u>Receita Total</u> Número de Habitantes	Relacionar a receita com a população existente, indicando a receita arrecadada por habitante.
V9	<u>Transferências Totais</u> Número de Habitantes	Relacionar a receita de transferências com a população existente, indicando o valor recebido de transferências por habitante.
V10	<u>Transferências da União</u> Número de Habitantes	Relacionar a receita de transferências da União com a população existente, indicando o valor recebido da União por habitante.
V11	<u>Transferências do Estado</u> Número de Habitantes	Relacionar a receita de transferências do Estado com a população existente, indicando o valor recebido do Estado por habitante.
V12	<u>Despesas com Pessoal</u> Receitas Correntes	Indicar o montante das receitas correntes comprometida com despesas de pessoal ativo e inativo.
V13	<u>Investimentos</u> Receita Total	Indicar o montante da receita total disponível comprometida com investimentos.
V14	<u>Ativo Financeiro</u> Passivo Financeiro	Demonstrar a capacidade do ente em saldar as obrigações exigíveis a curto prazo, utilizando suas disponibilidades e créditos.

Quadro 1: Variáveis da pesquisa

Fonte: adaptado de Baracho (2000), Cruz (2009) e Gerigk (2008)

Selecionados os indicadores, foram obtidas, por meio da página eletrônica da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no aplicativo Finanças do Brasil (FINBRA), informações relativas às receitas, às despesas e aos aspectos patrimoniais dos municípios sul-mato-grossenses, alvos de estudo. Em seguida, buscou-se a estrutura definida pelo IBGE para o Estado de Mato Grosso do Sul, verificando a divisão do Estado em 4 mesorregiões geográficas assim denominadas: Centro Norte de Mato Grosso do Sul, Leste de Mato Grosso

do Sul, Pantanaís Sul Mato-Grossense e Sudoeste de Mato Grosso do Sul. Na sequência, realizou-se a classificação dos municípios por mesorregiões e também por faixa populacional, observadas as seguintes escalas: Municípios com até 10.000 habitantes; Municípios entre 10.001 e 20.000 habitantes; e Municípios com mais de 20.000 habitantes.

Cumpridos esses passos, foram tabulados os dados financeiros relativos ao ano de 2009, calculados os indicadores definidos para toda a população, e realizado o tratamento estatístico, tudo com auxílio do programa Microsoft Excel. Por fim, realizaram-se a análise e a comparação dos resultados, que possibilitou a análise do comportamento das receitas das mesorregiões referentes aos municípios sul-mato-grossenses, no ano de 2009.

3.2 Classificação Geográfica e Populacional dos Municípios

A partir da classificação realizada, primeiramente considerando a mesorregião geográfica, seguida da classificação por faixa populacional, tem-se um resumo da constituição das mesorregiões sul-mato-grossenses, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1: **Resumo da Divisão dos Municípios de Mato Grosso do Sul**

Mesorregião Geográfica	Total de Municípios	Quantidade de Municípios		
		Até 10.000 hab	Entre 10.001 e 20.000 hab	Acima de 20.000 hab
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	16	8	4	4
Leste de Mato Grosso do Sul	17	5	6	6
Pantanaís Sul Mato-grossense	7	1	2	4
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	38	14	14	10
Total	78	28	26	24

Fonte: dados da pesquisa

Com base nos dados apresentados na Tabela 1, a mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul abarca um maior número de municípios (38), e a mesorregião Pantanaís Sul Mato-grossense possui o menor conjunto de municípios (7). As demais mesorregiões possuem semelhante quantidade de municípios. Ainda, a respeito da classificação dos municípios, verificou-se que, na faixa populacional que compreende os municípios com mais de 20.000 habitantes, há alguns municípios que possuem um número de habitantes que se destacam dos demais municípios compreendidos na mesma faixa populacional. Foram realizados cálculos médios preliminares incluindo e excluindo esses municípios, cujos efeitos não apresentaram distorções nas médias gerais. Desta forma, esses municípios foram mantidos no universo pesquisado em cada mesorregião com mais de 20.000 habitantes. A saber, esses municípios são: Campo Grande, Três Lagoas, Corumbá, Dourados e Ponta Porã.

3 Análise dos Resultados

Primeiramente, foi calculado o índice relativo à Receita Total/Despesa Total, que demonstra a capacidade do município em suprir as despesas realizadas com as receitas que tem ao seu dispor. Verifica-se que a mesorregião Centro Norte de Mato Grosso do Sul, na faixa populacional até 10.000 habitantes, apresentou o pior desempenho, cujas receitas equivalem 96,98% de suas despesas. Os demais universos analisados obtiveram resultado acima de 1 (100,00%), o que representa capacidade de arcar com seus gastos, a partir da receita colocada à sua disposição. No Quadro 2, estão listados os municípios que apresentaram índice inferior a 1.

Faixa Populacional	Mesorregião	Municípios	Resultado
Até 10.000 habitantes	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Figueirão	93,60%
		Corguinho	81,30%
		Rio Negro	89,49%
		Jaraguari	95,56%
	Leste de Mato Grosso do Sul	Selvíria	96,04%
	Pantanaís Sul Mato-grossense	Novo Horizonte do Sul	90,08%
		Caracol	99,64%
Aral Moreira		93,08%	
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	-	-	
Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Rio Verde de Mato Grosso	96,73%
	Leste de Mato Grosso do Sul	Batayporã	95,13%
		Água Clara	98,51%
		Bataguassu	93,49%
	Pantanaís Sul Mato-grossense	-	-
	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Sete Quedas	98,27%
		Coronel Sapucaia	95,48%
Itaquiraí		98,89%	
Acima de 20.000 habitantes	Centro Norte de Mato Grosso do Sul	-	-
	Leste de Mato Grosso do Sul	Aparecida do Taboado	98,79%
		Cassilândia	98,93%
		Nova Andradina	99,98%
		Três Lagoas	94,79%
	Pantanaís Sul Mato-grossense	Miranda	98,67%
	Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Caarapó	97,90%
Ponta Porã		97,06%	

Quadro 2: Municípios que obtiveram Receita Total menor que a respectiva Despesa Total

Fonte: dados da pesquisa

A Variável 2 indica quanto das despesas incorridas são custeadas pelas receitas geradas pelos próprios municípios (Receita Própria/Despesa Total). Os resultados apontam que os municípios pertencentes às faixas populacionais com mais de 20.000 habitantes, apresentam um melhor resultado, em média com receitas próprias superiores a 20,00% dos valores das despesas. Nas demais faixas populacionais, com menor número de habitantes, os municípios têm um menor volume de receitas próprias, o que acarreta em maior dependência às transferências de recursos externos. No Quadro 3, estão destacados os municípios que apresentaram maior (Máximo) e menor (Mínimo) capacidade de pagamento.

Mesorregião Geográfica	Faixa Populacional	Máximo		Mínimo	
		Município	Resultado	Município	Resultado
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	Bandeirantes	20,68%	Rio Negro	5,90%
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Camapuã	19,36%	Rio Verde de Mato Grosso	14,11%
	Acima de 20.000 habitantes	Campo Grande	42,87%	Sidrolândia	14,62%
Leste de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	Selvíria	25,55%	Taquarussu	2,11%
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Chapadão do Sul	31,51%	Batayporã	11,91%
	Acima de 20.000 habitantes	Três Lagoas	31,28%	Ribas do Rio Pardo	14,34%
Pantanaís Sul Mato-grossense	Até 10.000 habitantes	Dois Irmãos do Buriti	10,67%	Dois Irmãos do Buriti	10,67%
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Porto Murtinho	20,03%	Ladário	10,00%
	Acima de 20.000 habitantes	Aquidauana	32,16%	Anastácio	14,15%
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	Angélica	21,42%	Jateí	4,05%
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Bonito	28,93%	Coronel Sapucaia	5,46%
	Acima de 20.000 habitantes	Dourados	32,32%	Bela Vista	13,37%

Quadro 3: Municípios que apresentaram maior e menor capacidade de pagamento de suas despesas com receitas próprias

Fonte: dados da pesquisa

Destaca-se que a série composta pelos municípios entre 10.001 e 20.000 habitantes da mesorregião Centro Norte de Mato Grosso do Sul apresentou resultados mais consistentes em termos de dispersão, uma vez que o desvio padrão é igual a 1,94%, enquanto que a maior dispersão dos dados também está na mesorregião Centro Norte de Mato Grosso do Sul, nos municípios com mais de 20.000 habitantes, com desvio padrão de 10,64%.

Outro aspecto analisado foi a geração de receita e transferências. A Variável 3, relativa à divisão: Receitas Próprias/Receitas Totais, demonstra qual a participação das receitas geradas pelos próprios municípios na composição na receita total. Também, a Variável 4 (Receitas Tributárias/Receitas Totais) evidencia a arrecadação de tributos pelos municípios na composição da receita total. Essas duas Variáveis (3 e 4) seguem a tendência da Variável 2 (Receita Própria/Despesa Total), ou seja, os municípios mais populosos (acima de 20.000 habitantes) apresentam melhor capacidade de gerar receitas, inclusive aquelas originárias de tributos, estando as médias e as medianas das mesorregiões, na referida faixa população, acima dos 20,00% para a Variável 3 e dos 12,00% para a Variável 4, tudo em relação às respectivas receitas totais.

Dentre os municípios menores, verifica-se que a mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul apresentou, tanto na faixa populacional de 10.001 a 20.000 habitantes, quanto na faixa até 10.000 habitantes, os melhores resultados para a Variável 3 (19,03% e 14,20% respectivamente). Ainda, quanto aos municípios menos populosos, com relação à Variável 4, percebe-se que o melhor resultado foi obtido pela mesorregião Centro Norte de Mato Grosso do Sul, para os municípios com até 10.000 habitantes e pela mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul, para os municípios com população entre 10.001 e 20.000 habitantes.

A Variável 5 (Transferências Totais/Receita Total) aponta a participação de recursos recebidos de outros entes públicos na composição das receitas totais. Corroborando com os resultados apresentados pelas Variáveis 3 e 4, a Variável 5 confirma que os municípios de menor população (até 20.000 habitantes) possuem alto nível de dependência quanto aos recursos recebidos por transferências de outros entes governamentais (maior que 80,00%). Dentre os municípios sul-mato-grossenses, o que menos depende das transferências governamentais é Campo Grande, com 57,60% de suas receitas oriundas de outros entes, e o que mais depende de tais transferências é Taquarussu, que tem 97,91% de suas receitas constituídas por recursos recebidos da União e do Estado de Mato Grosso do Sul.

Colaborando com os resultados da Variável 5, a participação das receitas recebidas da União, Variável 6 (Transferências da União/Receita Total), assim como a dependência dos municípios com relação às receitas recebidas do Estado, Variável 7 (Transferências do Estado/Receita Total), todos os municípios sul-mato-grossenses dependem de recursos de outras instâncias públicas, sobretudo, os menores. Na Tabela 2, essa dependência é evidenciada, demonstrando os percentuais médios recebidos em transferência, União e Estado, respectivamente, pelas mesorregiões, em relação à receita total.

Tabela 2: Média de transferências da União e do Estado em relação Receita Total

Mesorregião	Faixa Populacional	Média das Transferências	
		Da União	Do Estado
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	41,47%	30,95%
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	34,82%	29,38%
	Acima de 20.000 habitantes	29,69%	28,10%
Leste de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	47,49%	25,79%
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	32,52%	32,91%
	Acima de 20.000 habitantes	33,52%	27,88%
Pantanaís Sul Mato-grossense	Até 10.000 habitantes	41,81%	25,13%
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	33,79%	20,42%
	Acima de 20.000 habitantes	33,09%	25,80%
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	39,79%	28,69%
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	39,67%	25,01%
	Acima de 20.000 habitantes	30,52%	24,55%

Fonte: dados da pesquisa

Ressalta-se que em apenas um caso as transferências recebidas do Estado superaram, em valores médios, as transferências da União, sendo tal situação verificada na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul, na faixa de 10.001 a 20.000 habitantes, cuja média das transferências do Estado foi de 32,91%, enquanto que a da União foi de 32,52%. Os municípios que tiveram a maior e a menor participação de transferência da União são: Santa Rita do Pardo

(85,71%) e Corumbá (18,02%), respectivamente. Quanto à transferência do Estado, Jateí (51,48%) com a maior participação, e Santa Rita do Pardo (0,87%), com menor participação.

As análises que seguem dizem respeito à receita total, às transferências totais e às transferências da União e do Estado em relação ao número de habitantes dos municípios. A Variável 8 (Receita Total/Número de Habitantes) demonstra a quantia de receita para cada cidadão do município. Situam-se na faixa populacional de até 10.000 habitantes os três melhores resultados, compreendendo a mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul (R\$ 2.584,40 por habitante), Centro Norte de Mato Grosso do Sul (R\$ 2.362,20 por habitante) e Sudoeste de Mato Grosso do Sul (R\$ 2.299,70 por habitante). Destaca-se ainda que o melhor resultado observado no universo de municípios com mais de 20.000 habitantes refere-se à mesorregião Centro Norte de Mato Grosso do Sul (R\$ 1.834,00 por habitante). No tocante à variabilidade dos valores individuais dos municípios, evidenciam-se Aquidauana = R\$ 770,16 por habitantes; e Jateí = R\$ 4.328,93 por habitante.

A Variável 9 (Transferências Totais/Número de Habitante) representa a quantia recebida por transferência para cada cidadão, sem discriminação das fontes. Via de regra, os municípios com população de até 10.000 habitantes recebem as transferências per capita mais elevadas, com os seguintes resultados: Centro Norte de Mato Grosso do Sul com transferência média de R\$ 2.041,34 por habitante; Leste de Mato Grosso do Sul com transferência média de R\$ 2.243,91 por habitante; Sudoeste de Mato Grosso do Sul com transferência média de R\$ 2.047,57 por habitante; e Pantanais Sul Mato-grossense com transferência média de R\$ 1.629,49 por habitante. Inclui-se neste rol de maiores transferências por habitante a mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul, na faixa populacional de 10.001 a 20.000 habitantes, com transferência per capita média de R\$ 1.773,29.

Na sequência, na Variável 10 (Transferências da União/Número de Habitantes), verificam-se os valores recebidos pelos municípios, por habitante, dos cofres da União. O resultado observado é que os municípios com população até 10.000 habitantes recebem da União os maiores valores médios por habitante, conforme segue: Leste de Mato Grosso do Sul, com resultado de R\$ 1.200,72 por habitante; Centro Norte de Mato Grosso do Sul, com resultado de R\$ 965,44 por habitante; Sudoeste de Mato Grosso do Sul, com resultado de R\$ 925,51 por habitante; e Pantanais Sul Mato-grossense, com resultado de R\$ 757,61 por habitante. Nas demais faixas populacionais, observa-se que os resultados individuais dos municípios tendem a ser mais homogêneos. O Quadro 4 apresenta um resumo dos municípios que apresentaram a maior e a menor transferência da União por habitante:

Mesorregião Geográfica	Faixa Populacional	Máximo		Mínimo	
		Município	Valor (R\$)	Município	Valor (R\$)
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	Figueirão	1.278,88	Pedro Gomes	584,44
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Santa Rita do Pardo	2.007,25	Inocência	711,65
	Acima de 20.000 habitantes	Dois Irmãos do Buriti	757,61	Dois Irmãos do Buriti	757,61
Leste de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	Jateí	1.753,28	Aral Moreira	523,16
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Sonora	690,58	Camapuã	534,95
	Acima de 20.000 habitantes	Brasilândia	763,68	Chapadão do Sul	513,48
Pantanais Sul Mato-grossense	Até 10.000 habitantes	Porto Murtinho	627,47	Ladário	452,45
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Sete Quedas	774,89	Itaporã	475,12
	Acima de 20.000 habitantes	São Gabriel do Oeste	607,93	Campo Grande	475,78
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	Aparecida do Taboado	759,05	Nova Andradina	412,2
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Miranda	550,24	Aquidauana	304,67
	Acima de 20.000 habitantes	Bela Vista	622,23	Ponta Porã	356,86

Quadro 4: Municípios que apresentaram a maior e a menor transferência da União por habitante

Fonte: dados da pesquisa

A Variável 11 (Transferências do Estado/Número de Habitantes) demonstra os valores recebidos pelos municípios dos cofres do Estado. Essa Variável segue a tendência da Variável 8 (Receita Total/ Número de Habitantes), em que as maiores médias de transferências oriundas do Estado de Mato Grosso do Sul ocorreram nos municípios com maior média de receita total per capita. Os maiores resultados verificados referem-se às mesorregiões Centro Norte de Mato Grosso do Sul (R\$ 758,46 por habitante), Leste de Mato Grosso do Sul (R\$ 721,59 por habitante) e

Sudoeste de Mato Grosso do Sul (R\$ 704,98 por habitante), na faixa populacional de municípios com até 10.000 habitantes, bem como a mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul, na faixa de 10.001 a 20.000 habitantes (R\$ 746,89 por habitante).

No Quadro 5, estão apresentados os municípios que apresentaram a maior e a menor transferência do Estado por habitante, dentro das mesorregiões e faixas populacionais. Destaca-se o município de Jateí com o maior valor de transferência por habitante (R\$ 2.228,59), e Santa Rita do Rio Pardo com a menor transferência (R\$ 20,57).

Mesorregião Geográfica	Faixa Populacional	Máximo		Mínimo	
		Município	Valor (R\$)	Município	Valor (R\$)
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	Alcinópolis	1.688,52	Jaraguari	495,21
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Taquarussu	1.751,28	Santa Rita do Pardo	20,57
	Acima de 20.000 habitantes	Dois Irmãos do Buriti	455,31	Dois Irmãos do Buriti	455,31
Leste de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	Jateí	2.228,59	Japorã	324,12
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Sonora	732,32	Rio Verde de Mato Grosso	360,06
	Acima de 20.000 habitantes	Costa Rica	958,88	Batayporã	404,26
Pantaneais Sul Mato-grossense	Até 10.000 habitantes	Porto Murinho	628,43	Ladário	146,93
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Nova Alvorada do Sul	607,85	Fátima do Sul	252,63
	Acima de 20.000 habitantes	São Gabriel do Oeste	904	Campo Grande	329,78
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	Ribas do Rio Pardo	771,35	Paranaíba	309,45
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Corumbá	700,63	Miranda	245
	Acima de 20.000 habitantes	Maracaju	721,99	Jardim	252,07

Quadro 5: Municípios que apresentaram a maior e a menor transferência do Estado por habitante

Fonte: dados da pesquisa

Na sequência, é analisada a receita sob dois aspectos: (a) em relação às despesas com pessoal ativo e inativo; e (b) relacionada aos investimentos. Na Variável 12 (Despesa com Pessoal/Receitas Correntes), trata-se de um dos principais gastos do serviço público, tanto que a LRF (LC nº 101/00) impõe o limite de 60,00% das receitas correntes líquidas para os gastos com pessoal. A primeira conclusão refere-se à similaridade dos valores médios e medianos apresentados por todas as séries estudadas, não havendo, principalmente em relação à média, valores que se destacam. Quanto ao limite legal estabelecido pela LRF (60,00% das receitas correntes), nenhum município excedeu o referido limite, sendo que o maior gasto com pessoal, dentre todos os municípios sul-mato-grossenses, foi de 55,07% (Santa Rita do Pardo). No Quadro 6, apresenta-se um resumo dos maiores e menores gastos relativos a despesas de pessoal em relação às suas receitas correntes.

Mesorregião Geográfica	Faixa Populacional	Máximo		Mínimo	
		Município	Resultado	Município	Resultado
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	Jaraguari	50,31%	Figueirão	29,98%
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Santa Rita do Pardo	55,07%	Anaurilândia	37,00%
	Acima de 20.000 habitantes	Dois Irmãos do Buriti	42,38%	Dois Irmãos do Buriti	42,38%
Leste de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	Douradina	51,84%	Laguna Carapã	36,28%
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Rio Verde de Mato Grosso	50,77%	Sonora	37,89%
	Acima de 20.000 habitantes	Bataguassu	53,89%	Costa Rica	27,63%
Pantaneais Sul Mato-grossense	Até 10.000 habitantes	Ladário	47,37%	Porto Murinho	44,21%
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Iguatemi	49,78%	Itaporã	40,73%
	Acima de 20.000 habitantes	Coxim	48,98%	Campo Grande	38,97%
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	Aparecida do Taboado	53,37%	Ribas do Rio Pardo	33,36%
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Miranda	53,53%	Aquidauana	29,78%
	Acima de 20.000 habitantes	Ponta Porã	54,10%	Rio Brilhante	36,62%

Quadro 6: Municípios que apresentaram o maior e o menor gasto com despesas de pessoal

Fonte: dados da pesquisa

O índice que reflete os investimentos municipais em relação à receita total é representado pela Variável 13 (Investimentos/Receita Total). Observa-se que as médias dessa Variável correspondem a uma pequena parcela de suas receitas, sendo que, em muitos dos casos, os gastos médios com investimento não chegam a 10,00% da receita. Para a faixa populacional dos municípios com até 10.000 habitantes, é observado os resultados médios mais baixos, conforme segue: 3,92% na mesorregião Pantaneais Sul Mato-grossense; 4,31% na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul; 5,21% na mesorregião Centro Norte de Mato Grosso do Sul; e 7,72% para a mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul.

Os municípios que mais destinaram recursos para investimento em relação à sua receita total são: até 10.000 habitantes = Antônio João (15,99%); entre 10.001 e 20.000 habitantes = Sete Quedas (21,18%); e mais de 20.000 habitantes = Corumbá (19,84%). Por outro lado, municípios que menos gastaram com investimento são: até 10.000 habitantes = Santa Rita do Rio Pardo (0%); entre 10.001 e 20.000 habitantes = Mundo Novo (3,07%); e mais de 20.000 habitantes = Aquidauana (3,41%).

A Variável 14 (Ativo Financeiro/Passivo Financeiro) indica a capacidade dos municípios em saldar suas obrigações de curto prazo. As médias de todas as mesorregiões, seja em qual for a faixa populacional, foram todas maior que 1, ou seja, possuem recurso para cumprir com suas obrigações. Analisados os resultados individuais, no Quadro 7 estão identificados municípios que não dispõem de recursos para saldar suas dívidas de curto prazo.

Mesorregião Geográfica	Faixa Populacional	Município	Ativo Financeiro em relação ao Passivo Financeiro
Centro Norte de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	Corguinho	33,84%
		Rio Negro	3,34%
		Jaraguari	36,59%
		Bandeirantes	44,76%
Leste de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	Taquarussu	24,82%
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Batayporã	30,80%
	Acima de 20.000 habitantes	Paranaíba	55,75%
Sudoeste de Mato Grosso do Sul	Até 10.000 habitantes	Vicentina	74,62%
		Angélica	51,78%
	Entre 10.001 e 20.000 habitantes	Deodápolis	76,00%
		Iguatemi	78,69%
	Acima de 20.000 habitantes	Bela Vista	18,40%

Quadro 7: Municípios com Ativo Financeiro menor que o Passivo Financeiro

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que, dentre os municípios destacados no Quadro 10, não há nenhum município da mesorregião Pantanaís Sul Mato-grossense, uma vez que todos demonstraram capacidade para saldar suas obrigações de curto prazo em virtude das disponibilidades e créditos que possuem.

4 Conclusão

Esta pesquisa objetivou analisar o comportamento das receitas disponibilizadas às mesorregiões formadas pelos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul quanto à origem, à renda per capita, à aplicação em despesa com pessoal e em investimento, e à capacidade de pagamento, tendo como base os dados obtidos na página eletrônica da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, no aplicativo Finanças do Brasil – FINBRA, no ano de 2009. Observados os procedimentos metodológicos propostos, os resultados encontrados são:

- **Origem da receita:** 22 municípios apresentaram receitas inferiores às suas despesas. A nível de mesorregião, o Centro Norte de Mato Grosso do Sul, com até 10.000 habitantes, teve o pior desempenho, uma vez que foi a única série que não obteve receitas suficientes para custear seus gastos. O melhor resultado pertence à região Centro Norte de Mato Grosso do Sul com mais de 20.000 habitantes, seguida dos demais universos nessa mesma faixa populacional, o que aponta que municípios menores com menos de 20.000 habitantes têm menor capacidade de geração de receita. Já na capacidade de arrecadação de receitas por meio de tributos, verifica-se o melhor resultado na mesorregião Sudoeste de Mato Grosso do Sul, com mais de 20.000 habitantes.

Nas transferências governamentais, os maiores montantes recebidos da União e do Estado foram observados na mesorregião Pantanaís Sul Mato-grossense, em todas as faixas populacionais, estando as maiores transferências na faixa de até 10.000 habitantes. Na composição das transferências, observa-se que os valores recebidos da União são, na maioria dos casos, superiores aos recebidos do Estado. A única exceção refere-se à região Leste de Mato Grosso do Sul, na faixa entre 10.001 e 20.000 habitantes.

- **Renda Per capta:** as maiores transferências por número de habitantes estão assim classificadas: Leste de Mato Grosso do Sul, com até 10.000 habitantes; Leste de Mato Grosso do Sul, entre 10.001 e 20.000 habitantes; e Centro Norte de Mato Grosso do Sul, na faixa acima de 20.000 habitantes. Ressalta-se que nos três mais elevados resultados médios, por mesorregiões, e nos quatro mais elevados resultados individuais encontram-se faixa de até 10.000 habitantes. Ou seja, os municípios menos populosos possuem renda per capta maior.

Na aferição das transferências da União em relação à população dos municípios, a mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul apresenta os valores mais elevados nas três faixas populacionais. Já nas transferências do Estado de Mato Grosso do Sul em relação ao número de habitantes, o maior valor per capta está na faixa de até 10.000 habitantes, sendo apresentado pela região Centro Norte de Mato Grosso do Sul, na faixa entre 10.001 e 20.000 habitantes, pela Leste de Mato Grosso do Sul e na faixa de mais de 20.000 habitantes pela Centro Norte de Mato Grosso do Sul.

- **Despesa com pessoal, investimento e capacidade de pagamento:** todas as mesorregiões cumpriram com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita esse gasto com pessoal a 60,00% das receitas correntes líquidas. Os menores valores dispensados no pagamento de pessoal são observados na mesorregião Pantanais Sul Mato-grossense com até 10.000 habitantes, e Leste de Mato Grosso do Sul nas demais faixas populacionais. Não há grandes diferenças entre as despesas médias das mesorregiões, sendo a menor 42,16% e a mais elevada 45,79%. Os gastos das mesorregiões com investimentos representam uma média de 11,87% das receitas totais. No aspecto capacidade de pagamento de obrigações a curto prazo, no qual se relacionou ativo e passivo financeiro, todas as mesorregiões apresentaram capacidade de honrar com suas dívidas mais imediatas.

Diante das observações, pode-se eleger como resposta ao problema de pesquisa (Qual o comportamento das receitas à disposição das mesorregiões do Estado de Mato Grosso do Sul?) que há uma parcela de municípios cujas receitas foram inferiores às despesas, que as mesorregiões, na faixa populacional acima de 20.000 habitantes demonstraram maior capacidade de geração de receitas, enquanto que as faixas populacionais menores tiveram os maiores valores relativos às transferências governamentais. Na destinação de recursos com gasto de pessoal, todos os municípios obedeceram ao limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. No que tange aos investimentos, os recursos despendidos são de pouca expressão em relação à receita total, e, por fim, todas as mesorregiões apresentam capacidade de saldar suas dívidas.

Salienta-se que esta pesquisa limitou-se a analisar os dados relativos ao ano de 2009 referentes aos municípios de Mato Grosso do Sul, podendo novas pesquisas serem realizadas no sentido de se analisar outro período, como forma de comparação do desempenho entre uma ocasião e outra, ou ainda se realizar outros estudos considerando uma série temporal, a fim de verificar as tendências assumidas na administração pública.

Referências

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal:** métodos com base na LC n. 101/00 e nas classificações contábeis advindas da SOF e STN. 3. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade pública:** da teoria à prática. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARACHO, Maria Amarante Pastor. A importância da gestão de contas públicas municipais sob as premissas da governance e accountability. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 129-161, jan./mar. 2000. Disponível em: <<http://info.worldbank.org/etools/docs/library/233845/Baracho.pdf>>. Acesso em 5 jun. 2011.

XX Congresso Brasileiro de Custos – Uberlândia, MG, Brasil, 18 a 20 de novembro de 2013

BEUREN, Ilse Maria. Trajetória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade. *In*: BEUREN, Ilse Maria (Coord.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

BERTOLO, Luiz Antonio. **Estatística descritiva aplicada no Excel**. Catanduva: Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva - IMES Catanduva, 2010. Disponível em: <www.bertolo.pro.br/FinEst/Estatistica/EstatisticaAplicada2.pdf>. Acesso em: 3 set. 2011.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 5 jun. 2011.

_____. **Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em 5 jun. 2011.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**. Brasília, 2009. 112 p.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil: dados contábeis dos municípios**. Brasília, v. 55, set. 2010b. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em 8 abr. 2011.

COLAUTO, Romualdo Douglas; BEUREN, Ilse Maria. Coleta, análise e interpretação dos dados. *In*: BEUREN, Ilse Maria (Coord.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blücher, 1997.

CRUZ, Ferreira Cláudia et al. Um estudo empírico sobre a configuração das receitas e despesas em um município de grande porte do estado da Bahia. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 72-87, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/3379/2480>>. Acesso em 8 abr. 2011.

GASPARINI, Diogenes. **Direito administrativo**. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003.

GERIGK, Willson *et al.* Controladoria pública municipal na perspectiva dos profissionais do controle externo. **ABCustos - Revista da Associação Brasileira de Custos**. São Leopoldo, v. 2, n. 3, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/abcustos/_pdf/ABC-2007-01.pdf>. Acesso em 8 abr. 2011.

_____. **O impacto da lei de responsabilidade fiscal sobre a gestão financeira dos pequenos municípios do Paraná**. 2008. 315 p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br/system/files/documentos/Dissertacoes/D040.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2011.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 10. ed. 2. reimpr. 2008. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Territorial do Brasil**. 2009. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/Organizacao/Divisao_Territorial/2009/>. Acesso em 8 abr. 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

XX Congresso Brasileiro de Custos – Uberlândia, MG, Brasil, 18 a 20 de novembro de 2013

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao setor público**. 1. ed. Brasília, 2009.

PALAIÁ, Nelson. **Noções essenciais de direito**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio *et al.* **Contabilidade pública**: uma abordagem da administração pública. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *In*: BEUREN, Ilse Maria (Coord.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

REIS, Luciano Gomes dos; RIBEIRO, Priscila Andreoni; SLOMSKI, Valmor. Custos no setor público: uma proposta de implementação de sistemas de custeio. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS, 9., 2005. Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: IIC, 2005. Disponível em: <[http://www.ucla.edu.ve/DAC/departamentos/coordinaciones/costoI/Congreso%20Internacional%20de%20Costos/VOL_200511232139%20\(D\)/artigos/custos_302.pdf](http://www.ucla.edu.ve/DAC/departamentos/coordinaciones/costoI/Congreso%20Internacional%20de%20Costos/VOL_200511232139%20(D)/artigos/custos_302.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2011.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental**: um enfoque administrativo. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Contabilidade Governamental**: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

XAVIER, Manoel Quaresma. **A contabilidade gerencial como instrumento de apoio à gestão de uma entidade pública**: Um estudo de caso na prefeitura municipal de Maringá-PR. 2007. 141 p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/1884/12102/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Vers%c3%a3o%20Final%20-%2026.10.07.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2011.